

AO JUÍZO DA XXXXXX VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX/UF.

Processo n.º:

Ação de Alimentos

FULANO DE TAL, menor impúbere, representada por sua genitora **FULANO DE TAL**, ambas devidamente qualificadas nos autos do processo eletrônico em epígrafe, vem por intermédio da por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO POR RÉPLICA** à contestação e documentos anexados ao aos autos pela parte requerida, pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados.

SÍNTESE DOS FATOS

A autora pretende obter a fixação de prestação alimentícia em seu favor no patamar de 40% (quarenta por cento) sobre a remuneração bruta do requerido.

Na decisão interlocutória de ID nº , a magistrada fixou os alimentos provisórios em 25% (vinte e cinco por cento) sobre a remuneração bruta do Requerido, remetendo ofício ao empregador (Valor Ambiental Ltda) para que efetuasse os descontos em folha de pagamento.

Não se conformando com essa decisão e com o pedido inicial, o genitor apresentou a contestação ID de nº , que não merece prosperar conforme se passa a expor:

FUNDAMENTOS DA RÉPLICA

Em primeiro momento, cumpre apontar que todos os argumentos amealhados pelo requerido na contestação têm o único objetivo reduzir o valor a ser pago a título de alimentos.

Observe-se que a decisão interlocutória de ID nº fixou a obrigação alimentar no patamar de **25%** sobre a remuneração do requerido, que é bem aquém do valor pedido pela autora.

Apesar disso, o querido afirma que o valor razoável da prestação alimentícia para suprir as necessidades da menor é o montante de **15%** sobre seus rendimentos brutos.

Todavia, o valor ofertado pelo requerido não se mostra adequado à satisfação das necessidades da menor, que são comuns a qualquer criança de sua faixa etária.

Nessa senda, merece ser realçado que os gastos apontados na exordial pela requerente são apenas aqueles de primeira necessidade destinados estritamente à sobrevivência da criança.

Lado outro, há de se ter em conta que o requerido possui plenas condições econômicas de pagar a prestação alimentícia pedida na petição inicial, pois está exercendo atividade laborativa formal, como gari e percebe salário mensal de R\$ (XXXX).

Dos argumentos trazidos pelo requerido é possível deduzir que ele tem plena capacidade de prover o sustento da filha (nos moldes vindicados na petição de ingresso), pois, conforme informado na própria contestação, o réu está exercendo atividade laborativa formal.

Ademais não possui gastos extraordinários e todos os seus ganhos são revertidos em proveito apenas dele.

Sendo assim, indubitavelmente, os argumentos articulados na contestação não merecem ser acolhidos pelo Juízo.

Sabe-se que a doutrina pátria adotou o princípio da proteção integral, positivado no artigo 227 da Carta Magna, estabelece como dever da família e da coletividade assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, discriminação, exploração, crueldade, violência e opressão.

No mesmo viés, o Estatuto da Criança e do Adolescente coroa os princípios do melhor interesse do menor e proteção integral.

Ainda neste sentir, sabe-se que o costume jurisdicional brasileiro se orienta pelo binômio necessidade + possibilidade para a fixação das obrigações alimentares.

Tendo isso em mente, os elementos de prova constantes nos autos demonstram que as necessidades da menor apontadas na inicial não destoam daquilo que é inerente às crianças de sua faixa etária.

A prova dos autos também demonstra a possibilidade financeira do genitor de arcar com a obrigação alimentar nos moldes pleiteados na inicial.

Diante desse quadro, o acolhimento integral da pretensão inicial é medida que se impõe.

DOS PEDIDOS

Posto isso, reiterando os argumentos formulados na petição exordial, a autora pugna pelo acolhimento integral da pretensão inicial e pela improcedência dos pedidos elencados na contestação.

No que se refere à produção de provas, no intuito de demonstrar que o requerido tem condição de pagar os alimentos pedidos na inicial, a autora requer que seja determinada a quebra dos sigilos bancários e de operações com cartões de crédito e de débito do réu, com requisição dos respectivos extratos relativos aos seis últimos meses.

Para mesma finalidade acima mencionada, requer que seja feita pesquisa RENAJUD com o objetivo de localizar eventuais veículos registrados em nome do requerido.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

Defensor Público